



ANEXO I - Despesas, Repasses e Receitas

Sigla: TRT 15ª Região
Nome do Órgão : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Autoridade Máxima: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
Responsável pela Informação : SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Mês de Referência (MM/AAAA) : 12/2024
Data da Publicação: 20/01/2025

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	despesas com pessoal ativo	117.616.180,63
b	despesas com pessoal inativo e pensões	48.128.939,20
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	14.335.193,65
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência	0,00
	TOTAL	180.080.313,48

Inciso II – Outras Despesas de Custeio

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	8.634,41
b	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	5.334.554,31
c	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	769.638,91
d	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	15.135.521,86
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	516.558,04
f	Passagens e despesas com locomoção	172.253,88
g	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	1.528.468,43
h	aluguel de imóveis	1.587.963,82
i	Serviços de água e esgoto	29.433,78
j	Serviços de energia elétrica	616.337,11
k	Serviços de telecomunicações	35.317,55
l	Serviços de comunicação em geral	509.243,63
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	3.358.417,30
n	serviços de limpeza e conservação	1.512.833,84
o	serviços de vigilância armada e desarmada	2.099.389,74
p	Serviços de publicidade	3.563,08
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	2.242.418,38
r	Serviços de seleção e treinamento	1.501.336,84

s	Aquisição de material de expediente	516,65
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	0,00
u	aquisição de material bibliográfico	0,00
v	aquisição de combustíveis e lubrificantes	0,00
w	aquisição de gêneros alimentícios	1.836,00
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas 's' a "w"	57.123,70
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	0,00
z	demais despesas de custeio	3.416.791,27
	TOTAL	40.438.152,53

Inciso III – Despesas com Investimentos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Construção e reforma de imóveis	0,00
b	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
c	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	7.346.659,00
d	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
e	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	390.027,12
	TOTAL	7.736.686,12

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
b	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de

Alínea	Discriminação dos repasses	Valores (R\$ 1,00)
a	Pessoal e Encargos	223.279.929,80
b	Custeio	3.881.137,79
c	Investimentos	2.648.539,83
d	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	229.809.607,42

Inciso VI – Receitas

Alínea	Discriminação das receitas	Valores (R\$ 1,00)
a	recursos a título de custas judiciais	4.462.590,51
b	recursos a título de taxas judiciárias	24.922,89
c	recursos a título de serviços extrajudiciários	18.654,30
d	demais recursos conforme previsão em leis específicas	3.463.638,96
	TOTAL	7.969.806,66

FONTE: SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

LEI Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Nota Explicativa:

1. Demonstrativo das despesas realizadas no mês, ou seja, cujos empenhos foram liquidados nos termos do art.63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.